

Superintendência de Vigilância em Saúde
Gerência de Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde

LISTA DE LEGISLAÇÕES DE INTERESSE DOS ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE – EAS

CÓDIGO SANITÁRIO ESTADUAL

a. Lei Estadual nº 16.140/07 – Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde – SUS, as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização, regulamentação, fiscalização e o controle dos serviços correspondentes e dá outras providências.

1. ESTRUTURA FÍSICA

b. Resolução RDC nº 50/02 - Regulamento Técnico destinado ao planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

c. Resolução RDC nº 51/10 - Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.

2. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

d. Lei Federal nº 6.839/80 – Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

3. PREPARAÇÃO ALCÓOLICA

e. Resolução RDC nº 42/10 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos pelos serviços de saúde;

4. BOAS PRÁTICAS

f. Resolução RDC nº 63/11 - Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;

5. RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

g. Resolução RDC nº 306/04 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;

6. PROCESSAMENTO DE ROUPAS

h. Resolução RDC nº 06/12 - Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde;

7. NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

i. Resolução RDC nº 216/04 - Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação;

j. Resolução RDC nº 52/14 - Altera a Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para os Serviços de Alimentação;

k. Resolução RDC nº 63/00 – Aprova o Regulamento Técnico para fixar os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral.

8. SAÚDE DO TRABALHADOR

l. NR 32 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE. Estabelece as diretrizes básicas para implementação de medidas de proteção à segurança

**Superintendência de Vigilância em Saúde
Gerência de Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde**

e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como, daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.

9. GERENCIAMENTO DE TECNOLOGIAS

- m. Resolução RDC nº02/10 – Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.

10. PROCESSAMENTO DE ARTIGOS

- n. Portaria Interministerial nº 482/99 – Regulamento técnico contendo disposições sobre procedimentos de instalações de Unidades de Esterilização por óxido de etileno e de suas misturas e seu uso, bem como, de acordo com as suas competências, estabelecer as ações sob a responsabilidade do Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego;
- o. Resolução RDC nº 156/06 – Dispõe sobre registro, rotulagem e re-processamento de produtos médicos, e dá outras providências.
- p. Resolução – RE nº 2.605/06 – Estabelecer a lista de produtos médicos enquadrados como de uso único proibidos de reprocessados, que constam no anexo da Resolução.
- q. Resolução – RE nº 2.606/06 – Dispõe sobre as diretrizes para elaboração, validação e implantação de protocolos de reprocessamento de produtos médicos e dá outras providências.
- r. Resolução RDC nº15/12 - Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde;

11. SANITIZAÇÃO

- s. Lei Estadual nº 15.389/05 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de processos de sanitização nos locais que especifica.

12. CLIMATIZAÇÃO

- t. Portaria nº 3.523/98 – Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes dos ambientes climatizados;
- u. Resolução – RE nº 09/03 – Orientação Técnica sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.

13. CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

- v. Lei Federal nº 9.431/97 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do país;
- w. Portaria nº 2616/98 - Programa de Controle de Infecção Hospitalar;
- x. Resolução RDC nº 48/00 - Roteiro de Inspeção do Programa de Controle de Infecção Hospitalar;

14. LABORATÓRIOS CLÍNICOS

- y. Resolução RDC nº 302/05 – Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos;

15. SEGURANÇA DO PACIENTE

- z. Portaria nº 529/13 – Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

**Superintendência de Vigilância em Saúde
Gerência de Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde**

- aa. Resolução RDC nº 36/13 - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde;
16. UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA – UTI
- bb. Resolução RDC nº 07/10 – Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento para Unidades de Terapia Intensiva;
- cc. Resolução RDC nº 26/12 – Altera a Resolução RDC nº 07, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências;
17. URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – AMBULÂNCIAS E MOTOLÂNCIA
- dd. Portaria GM nº 2048/02 – Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência;
- ee. Portaria GM nº 2.971/08 – Institui o veículo motocicleta – motolância como integrante da frota de intervenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em toda a Rede SAMU 192 e define critérios técnicos para sua utilização;
18. MEDICAMENTOS
- ff. Resolução RDC nº 44/09 – Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias;
- gg. Resolução RDC nº 60/09 – Dispõe sobre a produção, dispensação e controle de amostras grátis de medicamentos e dá outras providências;
- hh. Nota Técnica nº 068/14 – CPCON/GGFIS/SUCOM/ANVISA – Maleta de Emergência;
19. SERVIÇO DE ENDOSCOPIA
- ii. Resolução RDC nº 6/13 – Dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas para os serviços de endoscopia com via de acesso ao organismo por orifícios exclusivamente naturais;
20. HEMOTERAPIA
- jj. Decreto nº 95.721/88 – Regulamenta a Lei nº 7.649/88, que estabelece a obrigatoriedade do cadastramento dos doadores de sangue bem como a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, visando prevenir doenças;
- kk. Lei 10.205/01 – Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades;
- ll. Resolução RDC nº 149/01 - Objetiva a estruturação do Sistema Nacional de Informação de Sangue e Hemoderivados, as instituições executoras de atividades hemoterápicas, públicas e privadas e entidades filantrópicas ficam obrigadas a encaminhar, mensalmente, às Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Municipais o formulário do Sistema de Informação de Produção Hemoterápica – HEMOPROD.
- mm. Portaria nº 2.712/13 - Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos.
- nn. Resolução RDC nº 151/01 – Regulamento Técnico sobre níveis de complexidade dos Serviços de Hemoterapia.
- oo. Resolução RDC nº 34/14 - Dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue;
- pp. Portaria Conjunta ANVISA/SAS Nº 370/14 – Dispõe sobre o regulamento técnico-sanitário para o transporte de sangue e componentes;

**Superintendência de Vigilância em Saúde
Gerência de Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde**

- qq. Resolução RDC nº 20/14 - Dispõe sobre o regulamento sanitário para o transporte de material biológico humano.
21. TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA
- rr. Resolução RDC nº 11/14 – Dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os serviços de Diálise;
- ss. Resolução RDC nº 36/14 – Altera a Resolução – RDC nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os serviços de Diálise;
22. ATENÇÃO DOMICILIAR
- tt. Resolução RDC nº 11/06 – Dispõe sobre o regulamento técnico de funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar;
- uu. Portaria nº 2.539/06 – Institui a internação domiciliar no âmbito do SUS.
23. SERVIÇO DE ATENÇÃO OBSTÉTRICA E NEONATAL
- vv. Resolução RDC nº 36/08 – Dispõe sobre o regulamento técnico para funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal;
24. EVENTOS DE MASSA
- ww. Portaria nº 1.139/13 – Define, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as responsabilidades das esferas de gestão e estabelece as Diretrizes Nacionais para Planejamento, Execução e Avaliação das Ações de Vigilância e Assistência à Saúde em Eventos de Massa;
- xx. Resolução RDC nº 13/14 – Regulamenta a prestação de serviços de saúde em eventos de massa de interesse nacional e dá outras providências;
25. CENTRO DE APOIO SÓCIO EDUCATIVO – CASE
- yy. Portaria nº 647/08 – Aprova as normas para implantação e implementação da Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação provisória – PNAISARI;
26. REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
- zz. Portaria nº 106/00 – Institui os Serviços de Residenciais Terapêuticos;
- aaa. Portaria nº 3088/11 – Institui a rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- bbb. Portaria nº 3090/11 – Altera a Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000, e dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o repasse de recursos de incentivo de custeio e custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT);
- ccc. Resolução RDC nº 29/11 – Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
- ddd. Portaria nº 121/12 – Institui a Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (Unidade de Acolhimento), no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede de Atenção Psicossocial;

**Superintendência de Vigilância em Saúde
Gerência de Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde**

- eee. Portaria n° 131/12 – Institui incentivo financeiro de custeio destinado aos Estados, Municípios e o Distrito Federal para apoio ao custeio de Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas, voltados para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial;
- fff. Portaria n° 132/12 – Institui incentivo financeiro de custeio para desenvolvimento do componente Reabilitação Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS);

27. SERVIÇOS HOSPITALAR DE REFERÊNCIA PARA PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL E OUTROS

- ggg. Portaria n° 148/12 – Define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial e institui incentivos financeiros de investimento e custeio;

28. CONSULTÓRIO DE RUA

- hhh. Portaria n° 122/11 – Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.

29. CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

- iii. Portaria GM n° 336/02 – Estabelece que os Centro de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional.
- jjj. Portaria n° 130/12 – Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras drogas 24h (CAPS ADIII) e os respectivos incentivos financeiros.
- kkk. Portaria n° 615/13 – Dispõe sobre o incentivo financeiro de investimento para construção de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades de Acolhimento, em conformidade com a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

30. HOSPITAL DIA

- lll. Portaria n° 44/01 – Aprova no âmbito do Sistema Único de Saúde a modalidade de assistência – Hospital Dia.

30. RADIAÇÃO IONIZANTE

- mmm. Portaria 453/ 98 - Diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico e dispositivos sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências radiodiagnóstico;
- nnn. Nota Técnica Conjunta n° 002/2014 – GGTES/GGTPS/Anvisa - Utilização de equipamentos para a visualização, registro, armazenamento e impressão de imagens médicas, para fins de diagnóstico;
- ooo. Portaria n° 2.898/13 - Atualiza o Programa Nacional de Qualidade em Mamografia (PNQM).
- ppp. Resolução RDC n° 20/06 - Estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento de serviços de radioterapia, visando a defesa da saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral.

**Superintendência de Vigilância em Saúde
Gerência de Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde**

qqq. Resolução RDC nº 38/08 - Dispõe sobre a instalação e o funcionamento de Serviços de Medicina Nuclear “in vivo”.